



XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã

de 08 a 10 de outubro 2025
Universidade Federal do Tocantins

COMPETÊNCIAS MIDIÁTICAS E INFORMACIONAIS DE LÍDERES DE BAIROS DE ARAGUAÍNA (TO) NA RELAÇÃO COM A MÍDIA LOCAL E COMUNIDADE^{1 2}

Keliane Moraes Silva Santos Vale - Universidade Federal de Goiás (UFG).

RESUMO

A pesquisa pressupunha que a participação social no ambiente comunicacional ainda não se constituía um fator relevante em Araguaína, Tocantins (TO). O que fez emergir a questão central de pesquisa: quais as competências de AMI de indivíduos em posição minoritária na comunicação?. Selecionaram-se líderes de bairros periféricos da localidade estudada, a fim de conhecer suas práticas de comunicação e avaliar as relações com a mídia local e comunidade. Foi utilizada a entrevista em profundidade. Os resultados mostraram que o engajamento social prévio à liderança de bairro contribuiu para o empoderamento das entrevistadas que mais demonstraram competências em AMI. Outra observação é que a participação dos moradores em projetos coletivos promoveu o "sentimento de pertencimento", essencial para a formação da comunidade, e impulsionou a comunicação. Por outro lado, as presidentes de bairro desmobilizam/limitam suas competências midiáticas e informacionais devido a fatores como a necessidade de articulação política com agentes públicos e a preocupação com a exposição pública.

PALAVRAS-CHAVE

Palavras-chave: Competências informacionais; Competências midiáticas; Líderes de bairro.

1 INTRODUÇÃO

Com o contexto digital e, em alguma medida, considerando todos os meios de comunicação como bens públicos, espera-se a expressão de mais vozes. Essa afirmação dialoga com a razão de ser desta pesquisa, justamente saber quais as condições necessárias para a inserção dos indivíduos em posição minoritária na comunicação. Estudos anteriores da autora desta dissertação já constatarem restrições de participação no jornalismo local³ (Vale; Melo, 2020; Vale; Ramos, 2020).

Diante disso, propôs-se investigar a realidade de sujeitos que poderiam enfrentar restrições como a dificuldade de acesso, de compreensão ou de participação na comunicação. Tais critérios apontaram para as competências midiáticas e informacionais, que neste trabalho estão vinculadas ao

¹ Trabalho apresentado no GT4 – Práticas profissionais e formação cidadã em comunicação da **XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2025**, realizada de 08 a 10 de outubro de 2025, na Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO.

² Este trabalho é parte da dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas

³ No caso do telejornalismo - mídia mais expressiva na cidade - os dados de Vale e Ramos (2020), que realizaram observação participante nas redações de emissoras em Araguaína, evidenciaram uma inclinação para a cobertura de notícias policiais. Para além de outros fatores do campo jornalístico, ocorreu uma terceirização da produção de notícias para uma agência que cedia material exclusivamente policial.

termo Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Das reflexões da pesquisa citada e dos conceitos teóricos fundadores emergiu a questão central de pesquisa: quais as competências de AMI de indivíduos em posição minoritária na comunicação? Para delinear a pesquisa, selecionaram-se líderes de bairros periféricos de Araguaína, Tocantins (TO), a fim de conhecer suas práticas de comunicação e avaliar as relações com a mídia local e comunidade, sendo o baixo nível de competências em AMI como uma hipótese de pesquisa.

Definiu-se o seguinte objetivo geral, já sinalizado nesta introdução: realizar um diagnóstico⁴ das práticas de comunicação de líderes de bairros periféricos de Araguaína - Tocantins (TO), especificou-se a ausência de regularização fundiária como critério de área periférica. Quanto aos objetivos específicos foram três: a) traçar um perfil dos entrevistados quanto às competências midiáticas e informacionais; b) compreender o relacionamento dos líderes de bairro com a mídia local e comunidade; c) verificar o papel do CCABA na promoção de práticas comunicacionais dos líderes de bairro.

A ocupação dos cargos por lideranças femininas desvela questões que não passaram despercebidas. Segundo Itikawa (2015, *apud* Helene, 2019, p. 956, grifos nossos), tanto mulheres brancas como negras (46,3% das mulheres), têm suas trajetórias “concentradas nos serviços domésticos, de educação, de saúde, sociais e **comunitários**”. Para Diana Helene (2019), dentre os fatores que mobilizam as mulheres como as principais integrantes de movimentos sociais destaca-se a chamada “feminização da pobreza”⁵. Ainda que o perfil das entrevistadas desta pesquisa de mestrado, bem como a motivação delas estarem à frente do movimento comunitário, sejam outros, conforme é contextualizado no decorrer do trabalho, ressaltar a presença feminina é um dado importante da dissertação.

2 METODOLOGIA (métodos e técnicas utilizados)

Para a delimitação das regiões foi definida a ausência de regularização fundiária, o que acabou por caracterizar esses locais como periféricos. De algum modo, o próprio ente público atesta os setores periféricos: “Como a condição de pobre está relacionada com as políticas econômicas e sociais que reafirmam a discriminação e a exclusão de muitos nos campos educacional, cultural, espacial e político, além da real privação de bens materiais, os discriminados e excluídos são os

⁴ O termo diagnóstico utilizado no objetivo geral desta dissertação distingue-se da metodologia de Diagnóstico Social, cujo domínio é na área da intervenção social, orientado para a ação.

⁵ Helene (2019) apresenta dados da Pnad/IBGE (2015), que afere o rendimento médio mensal real de R\$R\$2.509 nos trabalhos dos homens brancos com mais 15 anos de idade, enquanto que o das mulheres brancas é de R\$1.567, e ainda menores para homens e mulheres negras, respectivamente R\$2.058 e R\$1.027. Em outra perspectiva, ao ocupar os mesmos cargos que homens, tendo o mesmo grau de instrução e faixa etária, as mulheres ganham em média 30% menos, conforme os dados do *Inter-American Development Bank* (2009), no Brasil, analisados pela mesma autora.

pobres” (Kowarick, 1980, p. 69-70 *apud* Kowarick, 1987). Não utiliza-se pejorativamente o termo pobre, trata-se apenas de uma constatação de ausência do Estado em espacialidades distintas na cidade.

Dois bairros com regularização fundiária precária foram inseridos na pesquisa: o setor Cimba, que conta com uma pequena área (foco da dissertação) cujos proprietários ou ocupantes jamais tiveram a situação jurídica / fundiária resolvida com o ente público. E também o setor Alto Bonito, que passa por um processo jurídico de ameaça à reintegração de posse. Para conhecer as práticas comunicacionais realizou-se entrevistas qualitativas em profundidade com as presidentes dos dois bairros citados.

De forma não-sistematizada utilizamos o Mapa de Habilidades e Competências em AMI, de Duran-Becerra e Lau (2020), para sinalizar as competências das participantes da pesquisa à medida que recuperamos as ações comunitárias relatadas pelas entrevistadas, verificando a presença ou a ausência de competências midiáticas e informacionais. Ou seja, as habilidades e competências em AMI foram relacionadas ao Mapa e não conferidas uma a uma.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A contribuição de Braga (2022)⁶ é destacada na reflexão sobre a cidadania comunicacional que foi abordada nesta pesquisa. Para o professor, hoje os movimentos ditos minoritários são fundamentais no país, pela possibilidade de reivindicação do subcidadão – não apenas no sentido de lutar por direitos, de expressar posições, voz – mas também no sentido de buscar desenhar (construir socialmente, fazer valer) sua identidade, o que demonstraria um processo comunicacional desde a origem. Braga (2022) distingue que o problema comunicacional que decorre dos processos interacionais estabelecidos é a “inexistência” de dispositivos interacionais em que exerçam cidadania, “pensar em dispositivos interacionais de superação de subcidadania implica conseguir transformações abrangentes na sociedade geral”.

Gentili (2005, p. 66) pontua o problema da hegemonia de veículos jornalísticos em nosso cotidiano, pois receber “apenas a informação não é suficiente para que os indivíduos, as pessoas que compõem a massa, formem posições autônomas e livre das manipulações de lideranças”. É pertinente destacar que as emissoras privadas de rádio e televisão no Brasil funcionam por concessão pública, o que implica a necessidade de responsabilidade social em contrapartida. Ainda assim, há locais caracterizados como desertos de notícias. Além disso, também constata-se a inexistência de veículos de mídia cidadã de forma abrangente no território brasileiro, tanto pelas

⁶ Anotações de aula da disciplina Epistemologia da Comunicação, do Mestrado em Comunicação, da UFG, no dia 23 de setembro de 2022.

limitações de implantação de um veículo comunitário como pela falta de articulação dos grupos e/ou falta de habilidades técnicas.

Tem-se em conta, em alguma medida, que todos os meios de comunicação são bens coletivos, vez que seu papel é um serviço básico para a sociedade, por isso a instituição Panos London⁷ (2007) defende que a obrigação não se limita aos meios de comunicação públicos, estatais ou comunitários. Dessa forma, vislumbra-se a abertura da produção do jornalismo às fontes de notícias em posição minoritária, contanto que essas fontes busquem competências em mídia e informação. Essa linha de raciocínio reforça a questão destacada por Braga (2022): “a pessoa em posição minoritária imposta tem que se exercer nos dispositivos predominantes – que excluem quem não tem o *habitus* dominante⁸” (Braga, 2022). A perspectiva das competências midiáticas é justamente essa, promover as condições para a inserção dos indivíduos na comunicação e a criação de ecossistemas comunicacionais que correspondam às aspirações por uma nova sociedade, como pontua a abordagem educomunicativa. Inclusive, inserindo na mudança a efetivação do papel social das mídias privadas.

Essas ponderações convergem para um tema amplo e central neste trabalho que é a cidadania. Ela amplia a visão sobre as competências midiáticas, que vão além da prática individual, mas envolvem diversos atores, da comunidade e instituições. Moraes e Signates (2016) sugerem a definição de subcidadania comunicacional, fundamentada em uma breve análise do pensamento de Jessé de Souza⁹, a partir da centralidade da comunicação. Assim, a proposta constata a posição da pessoa na “condição do subcidadão, ou seja, aquele que é silenciado no processo comunicacional, ou seja, é inserido como falado, referenciado, e não como falante” (Moraes; Signates, 2016, p. 32). Os autores evidenciam as barreiras de acesso à comunicação, vez que a própria cidadania está em crise, justamente pela atuação de redes invisíveis na produção de subcidadãos.

⁷ Segundo o documento (Panos London, 2007), a Panos Londres faz parte de uma rede mundial de institutos independentes que trabalham para garantir que a informação seja utilizada de forma eficaz para promover o debate, o pluralismo e a democracia.

⁸ Souza (2014) faz uma síntese da análise estrutural das formas simbólicas discutidas por Bourdieu, que auxilia a compreender sobre *habitus* dominante citado por Braga. “Esta então é a primeira síntese: Os sistemas simbólicos exercem poder através de estruturas estruturantes estruturadas. Em sua segunda síntese, Bourdieu nos diz que essas estruturas servem como instrumentos de dominação. Impõem uma ideologia à classe dominada. A violência simbólica é exercida pelo poder simbólico. [...] Os sistemas simbólicos servem como meios de dominação. A ideologia passada para a sociedade através dos meios simbólicos de dominação é passada como desinteressada, ou seja, como se não fosse uma ideologia ou instrumento de dominação, quando na verdade é de interesse da classe produtora dessa ideologia, a classe dominante. A classe dominante não possui o poder só por possuir o Estado ou o uso legal da violência física (por meio da polícia, das forças armadas, etc.), mas também por possuir o monopólio da violência simbólica. A ideologia dominante é tida como naturalizada. Os dominados não sabem que são vítimas de uma ‘violência simbólica’. [...] Essa cultura dominante é tida por naturalizada pelos dominados através do que Bourdieu chama de *habitus* [...]” (Souza, 2014, p. 141-142).

⁹ Contudo, o termo subcidadania utilizado por Souza é considerado problemático pelos autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As competências midiáticas e informacionais foram as categorias de análise mobilizadas para o desenvolvimento deste trabalho. Identificamos as competências midiáticas e informacionais das participantes da pesquisa à medida que recuperamos as ações comunitárias relatadas e opiniões declaradas pelas entrevistadas, relacionando ao Mapa de Habilidades e Competências em AMI, de Duran-Becerra e Lau (2020). É importante ressaltar que o objetivo não foi averiguar todas as habilidades do Mapa.

Na avaliação das competências em AMI das presidentes de bairro, convém destacar que não tínhamos a intenção de contrapor as competências das entrevistadas, as comparações ocorreram porque o roteiro de entrevista foi padronizado, direcionando para similaridades nos elementos pesquisados apenas com duas líderes de bairro.

Algumas competências se mostraram essenciais à atuação de um líder comunitário. Destacamos a mobilização da capacidade de **‘participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada’**, quando houve a união para formar ambos os setores e ter acesso às redes de água e energia elétrica. De outro modo, quando a presidente do setor Cimba não foi atendida em um primeiro pedido de roçagem ao ente público, mas não soube dizer a qual setor foi encaminhada a demanda para cobrar a prestação do serviço público necessário, a desconfiança da presidente nas instituições agregou-se à ausência de competência informacional para a capacidade de **‘participação democrática informada’**.

Também é bastante ilustrativo como as competências em AMI são preponderantes na situação de regularização fundiária dos setores. Observamos a capacidade de **“recuperar e armazenar informações e conteúdos”** na desconfiança dos líderes do bairro sobre o real interesse do poder público em desocupar a área, ao relembrares de outras regiões impróprias à moradia na cidade que foram revalorizadas após expulsão dos moradores. Para além das motivações do ente público, os moradores demonstraram a capacidade de **“utilizar a informação consultada com uma finalidade específica”**, ou seja, entre partir ou ficar, eles conjecturaram que a real solução do poder público que propôs abandonarem suas residências em troca de imóveis em programas habitacionais poderia resultar em perda de patrimônio. As mesmas capacidades foram mobilizadas para suspender uma ordem de reintegração de posse no setor Alto Bonito, que desconsiderava os benefícios de ocupação da área, ou seja, os moradores perderiam todos os investimentos materiais na construção de suas residências e receberiam apenas o valor correspondente à estrutura rústica de ocupação, como cercas, tijolos, etc. Isso porque o judiciário baseou-se em uma perícia de 2002, ano do ajuizamento da ação, que tramitou por 15 anos.

Em relação à hipótese inicial, que os líderes de bairro demonstrariam um baixo nível de competências em AMI, alguns fatores externos interferem nesta relação. Acentuou-se a pressuposição, denotada no decorrer das entrevistas, de que a relação política na gestão do Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA), instituição que congrega as associações de bairro, influenciou a atuação comunicacional das presidentes de bairro participantes da pesquisa. Neste sentido, notou-se a mesma visão da cúpula do CCABA, que considera negativa a exposição dos agentes públicos na mídia, a forma como as presidentes de bairro se relacionam com os veículos de comunicação jornalísticos, vistos como uma arena de confronto no espaço público. Dessa forma, para não inviabilizar a articulação política junto a agentes públicos ou até mesmo evitar a exposição da imagem na vida pública, as entrevistadas afirmaram evitar o acionamento da imprensa sobre as demandas do setor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma proposta de intervenção, a partir dos resultados apontados, envolveriam as seguintes estratégias: aplicação de questionário sobre as práticas de comunicação a todos os presidentes para um diagnóstico mais amplo (a fim de alcançar os mais de 100 presidentes de bairro na cidade), que poderia ser realizado pela plataforma *Google Forms*; e a realização de oficinas educacionais.

O objetivo seria a qualificação de presidentes de bairro como fontes de notícias, abrangendo as competências midiáticas e informacionais, que seriam estimuladas com as oficinas teóricas e uma nova *práxis* de comunicação de líderes de bairro com interesse comunitário, que seria a produção - com os próprios recursos pessoais (usos de celulares próprios) - de produtos audiovisuais/jornalísticos do interesse comunitário para veicular em plataformas pessoais (redes de sociabilidade) e veículos de comunicação da localidade pesquisada, tendo-se em consideração que a mídia mais expressiva são emissoras de televisão.

Tais processos de letramento poderiam contribuir para um maior engajamento cidadão, mirando os meios de comunicação como estratégia de reivindicação dos direitos da comunidade. Não ter a competência para acessar as informações adequadas à própria necessidade torna-se o único empecilho diante dos ilimitados recursos e conhecimentos disponíveis na contemporaneidade, cada vez mais canalizados por meios digitais. Volume que acaba por colaborar na distorção de informações, cuja checagem requer pessoas capazes de avaliar a pertinência da informação acessada.

A própria dinâmica da sociedade exige habilidade dos cidadãos para lidar com o volume exacerbado de informação. “Saber lidar com o fluxo acelerado de informações e, principalmente, dar-lhes significado e interpretá-las, é tarefa indispensável dos sujeitos modernos” (Guareschi, 2000

apud Nascimento; Smith, 2019, p. 35). Além disso, capazes de continuar aprendendo à medida que se expõem ao conhecimento. De acordo com Delors (1998 *apud* Nascimento; Smith, 2019, p. 36), “a educação ao longo de toda a vida é o meio de se chegar ao exercício de cidadania ativa, a fim de contribuir para que cada indivíduo seja autônomo e saiba conduzir o seu destino”. Essa é uma preocupação a mais na educação de adultos que não frequentam mais ambientes escolares ou acadêmicos.

O acesso à alfabetização midiática e informacional, em ambientes não-escolares, como é a proposição que fazemos de formação dos presidente de bairro em AMI pelo próprio CCABA, pode expandir a capacidade de interação deles com a comunidade e para agirem criticamente na sociedade, habilitando ainda esses cidadãos para interagirem nos processos midiáticos e informacionais.

Referências

BRAGA, José Luiz. **Anotações de aula da disciplina Epistemologia da Comunicação**, do Mestrado em Comunicação, da UFG, no dia 23 de setembro de 2022. Goiânia: UFG, 2022.

DURAN-BECERRA, Tomás; LAU, Jesús. **MIL Competency Framework**: mapping media and information competencies. *Anagramas Rumbos Sentidos Comun.*, Medellín, v. 19, n. 37, p. 49-67, Dez. 2020. Disponível em <<https://revistas.udem.edu.co/index.php/anagramas/article/view/2695/3109>>. Acesso em: 09 out. 2023.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas - jornalismo e cidadania**: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. *Cadernos Metrôpole*, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjbmZB7PYMvxTwZrXf9t/>>. Acesso em: 6 jan. 2025.

KOWARICK, Lúcio. **Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo**: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3, p. 38-50, 1987. Disponível em <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcs03_03.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MORAES, Angela; SIGNATES, Luiz. **A cidadania como comunicação**: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. IN: MORAES, Angela; SIGNATES, Luiz (orgs). *Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: FIC/UFG, 2016.

NASCIMENTO, Aline Pimenta; SMITH, Marinês Santana Justo. **Alfabetização midiática e informacional**: competências em prol de valores coletivos e da sustentabilidade. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade - RICS*, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em <<https://periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10484>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PANOS LONDON. **The case for communication in sustainable development**. London, Panos London, 2007. Disponível em <<http://panoslondon.panosnetwork.org/resources/the-case-for-communication-in-sustainable-development/>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

VALE, Keliane M. S. S.; RAMOS, Gleys Ially. Os vínculos da (sub)cidadania e as relações com os telejornais de Araguaína (TO). In: SILVA, Sinomar Soares de Carvalho; MORAES, Nelson Russo de; MELO, Gabriela Pereira. **O profissional de comunicação e jornalismo**: desafios, vertentes e possibilidades. Palmas, TO: EDUFT, 2020. Disponível em <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2508>>. Acesso em: 4 set. 2023.

VALE, Keliane M. S. S.; MELO, Gabriela Pereira. A midiaticização da violência nos telejornais de Araguaína (TO). In: PÔRTO JR., Gilson et al (Orgs.). **Comunicação e ensino**: experiências e discussões. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.